

SIMULADO AMOSTRA

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Técnico Judiciário

Agente da Polícia Judicial



PROVA OBJETIVA**Língua Portuguesa****Texto I (Questões 01 a 10)**

Preconceito e discriminação são termos próximos. Por vezes, juridicamente, parecem até a mesma coisa, como se depreende do texto da Lei n.º 7.716, de 5 de janeiro de 1989, complementada pela Lei n.º 9.459, de 15 de maio de 1997: “Serão punidos, na forma desta lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”. Mesmo assim, o preconceito pode ser definido como uma ideia de distinção, exclusão ou preferência baseada em raça, sexo, religião, origem social ou geográfica etc.; já a discriminação diz respeito à ação decorrente do preconceito. O preconceito é uma opinião; a discriminação, um comportamento real e efetivo.

Sendo um pensamento, o preconceito, a rigor, não é crime. Quando se torna uma ação concreta ou uma afirmação pública, passa a ser discriminação e, a partir daí, é alvo da lei. O preconceito é considerado por nós a matriz que origina o ato discriminatório. Sem preconceito, não existiria discriminação. Ausente de sua expressão concreta discriminatória, o preconceito seria apenas uma fantasmagoria psíquica.

Leandro Karnal e Luiz Estevam – Adaptado

Em referência às ideias veiculadas no texto apresentado e a seus aspectos linguísticos, julgue os itens a seguir.

01. Na concepção defendida no texto, o preconceito precede a discriminação.

02. Segundo o texto, preconceito e discriminação são termos geralmente tomados como sinônimos porque designam as mesmas coisas no mundo.

03. Depreende-se do texto que, legalmente, o preconceito é tipificado como crime.

04. Conforme se entende do texto, a discriminação é caracterizada como uma ação real e efetiva, e não uma simples ideia ou um simples pensamento de distinção, exclusão ou preferência.

05. Caso o vocábulo “complementada” (segundo período do primeiro parágrafo) fosse flexionado no masculino — complementado —, a correção gramatical do texto seria mantida, apesar de

alteradas as relações de concordância no período em questão.

06. Sem prejuízo da correção gramatical e dos sentidos do texto, poderia ser incluída a palavra qualquer imediatamente antes de “ação” (terceiro período do primeiro parágrafo).

07. No último período do primeiro parágrafo, o emprego da vírgula logo após “discriminação” é obrigatório.

08. No primeiro período do segundo parágrafo, a substituição da forma verbal “é” pela expressão se trata de manter a correção gramatical do texto e, ao mesmo tempo, proporcionaria maior grau de formalidade ao texto.

09. No segundo período do segundo parágrafo, o pronome “se” poderia ser deslocado para depois da forma verbal “torna”, escrevendo-se torna-se, sem prejuízo da correção gramatical do texto, uma vez que a posição do pronome, nesse caso, é mera escolha estilística.

10. No segundo parágrafo, o termo “o preconceito” (primeiro período) é o referente do sujeito das formas verbais “torna”, “passa” e “é” (todas no segundo período).

Texto II (Questões 11 a 16)

Notícias falsas costumam ser definidas como notícias, estórias, boatos, fofocas ou rumores que são deliberadamente criados para ludibriar ou fornecer informações enganadoras. Elas visam influenciar as crenças das pessoas, manipulá-las politicamente ou causar confusões em prol de interesses escusos.

Muitos comentadores têm chamado a atenção para o fato de que a falsidade das notícias não é um fenômeno inteiramente novo, pois já existia no tempo dos gregos, e, mais recentemente, desde que o tema entrou em pauta, não têm faltado artigos sobre o histórico das notícias falsas ao longo do tempo.

De fato, se a expressão significar a criação de informação falsa movida pelo propósito de enganar, o conceito está longe de ser novo. Basta pensar na longa história dos tabloides, das fofocas acerca da vida das celebridades, das táticas de estilo das revistas para fisgar seu público. Sabe-se também como as estratégias de sedução e persuasão das revistas sempre funcionaram. Em quaisquer dos casos, são

mensagens de forte apelo visual cujas chamadas são tão inacreditáveis que se tornam irresistíveis.

Lucia Santaella – Adaptado

Considerando os sentidos do texto precedente e seus aspectos linguísticos, julgue os itens que se seguem.

11. Depreende-se do texto que o fenômeno das notícias falsas surgiu na Grécia antiga.

12. De acordo com o texto, as notícias falsas são criadas com propósitos comunicativos bem definidos.

13. No texto predomina o tipo textual expositivo.

14. No último período do texto, o referente do vocábulo “cujas” é “chamadas”.

15. No primeiro período do terceiro parágrafo, a forma verbal “significar” corresponde à terceira pessoa do singular do futuro do subjuntivo, cujo emprego, no caso, se deve ao uso do conectivo “se”.

16. No terceiro parágrafo, as formas verbais “Basta” (segundo período) e “Sabe-se” (terceiro período) atuam como elementos articuladores da coerência textual, na medida em que são formas impessoais empregadas com a finalidade de ocultar o sujeito gramatical das orações por elas introduzidas.

Texto III (Questões 17 a 22)

Com o avanço das novas tecnologias da informação e comunicação, observa-se na atualidade um processo de migração dos ambientes reais e analógicos para os virtuais e digitais. Inúmeros são os benefícios do oferecimento de produtos e da prestação de serviços no ambiente digital. No entanto, a exposição em rede costuma atrair riscos que, embora invisíveis, apresentam um potencial destrutivo alto: os ciberataques e o seu impacto para as organizações, as empresas e as pessoas envolvidas.

Os ataques cibernéticos podem ter como alvos pessoas, organizações políticas e sociais, empresas públicas e privadas, postos fiscais, tribunais, bases militares, autarquias e ministérios do Estado, variando conforme a motivação que os ensejou: interrupção de sistemas e serviços essenciais, resgate de valores em troca de arquivos criptografados, extração de dados, repercussão política ou até mesmo a lesão física de pessoas.

Gabriel Cemin Petry e Haide Maria Hupffer – Adaptado

Com referência às ideias e às estruturas linguísticas do texto apresentado, julgue o item seguinte.

17. Estaria preservada a correção gramatical do segundo parágrafo caso se inserisse uma vírgula após a palavra “alvos”.

18. No segundo período do primeiro parágrafo, a flexão dos termos “são” e “benefícios” no plural deve-se à concordância que estabelecem com “Inúmeros”, que funciona como sujeito da oração.

19. No texto, emprega-se o nível formal de linguagem e predomina a função denotativa da linguagem.

20. De acordo com o texto, a seleção do alvo de um ataque cibernético varia de acordo com as consequências que se pretende desencadear, com esse ataque, na sociedade.

21. Estariam mantidos os sentidos e a correção gramatical do texto caso o primeiro período do primeiro parágrafo fosse reescrito da seguinte forma: Por conta do crescimento de novas tecnologias da comunicação e da informação, a atualidade vivencia um processo onde observam-se a migração de ambientes de natureza real e analógica para ambientes de natureza virtual e digital.

22. As expressões “os ciberataques” (último período do primeiro parágrafo) e “Os ataques cibernéticos” (início do segundo parágrafo), bem como o emprego das formas pronominais “seu” (último período do primeiro parágrafo) e “os”, em “os ensejou” (segundo parágrafo), constituem mecanismos de coesão referencial no texto.

Texto IV (Questões 23 a 25)

O senso comum é acumulado ao longo da vida de cada um de nós e acaba sendo transmitido de geração em geração. É um tipo de conhecimento não científico, formado pelas nossas impressões subjetivas sobre o mundo, fruto das nossas experiências pessoais.

Embora esse seja um tipo de conhecimento popular e prático que nos orienta no dia a dia, por não ser testado, verificado ou analisado por uma metodologia científica, permanece um alto grau de incerteza sobre a sua validade, ou seja, é um conhecimento tradicionalmente bem aceito, que pode ou não estar correto ou em consonância com a realidade. Trata-se, contudo, apenas de um mito, assim

como muitos outros ensinados e perpetuados pela força da tradição e da crença, tal qual afirma Tolstói em sua obra Uma confissão: “Sei que a maior parte dos homens raramente são capazes de aceitar as verdades mais simples e óbvias se essas os obrigarem a admitir a falsidade das conclusões que eles, orgulhosamente, ensinaram aos outros, e que teceram, fio por fio, trançando-as no tecido da própria vida.”.

É claro que a maioria das pessoas reconhece também que a ciência é importante e necessária, mas, ainda assim, temos dificuldade em abrir mão das nossas crenças e do nosso senso comum, mesmo quando necessário. Tendemos a nos manter fiéis àquilo que “testemunhamos com nossos próprios olhos”.

Confiar nos “nossos olhos” — na nossa percepção pessoal — é um processo natural e compreensível, uma vez que essa é a ferramenta com que somos equipados “de fábrica” e que nos ajudou a sobreviver até aqui ao longo da nossa evolução.

André Demambre Bacchi – Adaptado

Julgue os itens subsequentes, referentes às características textuais e aos aspectos linguísticos do texto precedente, bem como às ideias nele veiculadas.

23. O emprego do sinal indicativo de crase em “àquilo” (segundo período do terceiro parágrafo) é facultativo.

24. No último parágrafo, a substituição do segmento “uma vez que” por de modo que preservaria as relações de sentido estabelecidas no período.

25. As orações ‘de aceitar as verdades mais simples e óbvias’ (segundo período do segundo parágrafo) e “em abrir mão das nossas crenças e do nosso senso comum” (primeiro período do terceiro parágrafo) desempenham a mesma função sintática nos períodos em que ocorrem.

Noções de Direito Administrativo

Considerando os poderes e os princípios da administração pública e a organização administrativa, julgue os próximos itens.

26. Quando ocorre a desconcentração, as atividades administrativas passam a ser desempenhadas por órgãos originados da pessoa jurídica, hierarquicamente distribuídos e com competência definida em lei.

27. Autarquia é entidade da administração pública indireta com personalidade jurídica de direito privado e que desempenha atividade típica de Estado.

28. Sociedade de economia mista tem personalidade jurídica de direito público e é criada mediante autorização por lei, sob a forma de sociedade limitada.

29. O princípio da publicidade encerra o seu escopo na publicação oficial dos atos administrativos.

30. De acordo com o princípio da igualdade, na administração pública, todos os administrados devem receber o mesmo tratamento do poder público.

31. Em razão do princípio da indisponibilidade do interesse público, o Estado somente poderá exercer sua função administrativa sob o regime de direito público.

32. O servidor público deve obediência ao seu superior hierárquico, mesmo diante de uma ordem manifestamente ilegal.

33. Embora sejam entidades de direito privado, as sociedades de economia mista também são regidas por normas de direito público.

34. Ilustra o exercício do poder hierárquico o fato de um agente de trânsito aplicar multa a um motorista.

35. O poder que a administração possui de intervir na órbita particular para resguardar o interesse público, limitando direitos individuais, é denominado poder disciplinar.

36. A discricionariedade para a prática de determinado ato administrativo pode decorrer de disposição expressa ou de omissão de norma legal.

37. O poder de polícia administrativa é indelegável a particulares e entre órgãos.

Julgue os seguintes itens, a respeito do ato administrativo.

38. Os atos normativos emanados do Poder Executivo são atos administrativos, pelo critério subjetivo, orgânico ou formal.

39. Haja vista o interesse público, os atos administrativos têm presunção absoluta de legitimidade, de maneira que somente o Poder Judiciário pode afastar sua aplicação.

40. É vedada a revogação de ato administrativo que tenha gerado direitos adquiridos.

41. Os atos administrativos são produzidos exclusivamente pelo Poder Executivo, uma vez que o Poder Judiciário é exclusivamente responsável por aplicar a lei e o Poder Legislativo por fazer os atos normativos.

42. Na delegação e na avocação de competência administrativa, é imprescindível a existência de vínculo formal de hierarquia entre os órgãos administrativos envolvidos.

À luz do disposto na Lei n.º 14.133/2021, julgue os itens que se seguem.

43. Nas licitações públicas, a participação de pessoa jurídica em consórcio depende de autorização expressa no edital do certame.

44. Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado pregoeiro.

45. Qualquer pessoa tem legitimidade para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei de Licitações ou, ainda, para solicitar esclarecimento a respeito dos seus termos.

46. A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos aplica-se ao Ministério Público de cada estado, uma vez que ele integra a administração pública direta estadual quando desempenha função administrativa.

Em relação à responsabilidade civil do Estado, julgue os próximos itens, considerando as disposições da CF e a jurisprudência do STF.

47. A responsabilidade civil do Estado por ato omissivo, ao contrário do que se verifica na responsabilidade por ato comissivo, está condicionada à verificação do elemento culpa.

48. A responsabilidade civil do Estado consiste na sua obrigação de reparar economicamente os danos que causar a terceiros no âmbito patrimonial ou moral.

49. Se um cidadão sofre dano em seu patrimônio por evento da natureza, isso caracteriza força maior, que afasta a possibilidade de responsabilização civil do poder público.

50. Somente os danos ocasionados por agentes pertencentes aos quadros das pessoas jurídicas de direito público dão ensejo à responsabilidade civil do Estado.

Segurança Judiciária

Julgue os itens a seguir, acerca de gestão de conflitos e eventos críticos.

51. A atuação da polícia é facilitada pela proximidade de profissionais da mídia no local do conflito ou do evento crítico; além de facilitar a negociação, a presença da mídia mostra a transparência das atividades em curso.

52. O corte da energia elétrica e do telefone no local do conflito ou do evento crítico constituem ações que visam garantir um severo isolamento, delimitado e imposto por um perímetro tático interno.

53. Um aspecto a ser considerado pelo negociador de crise é que um fanático dificilmente barganhará uma convicção ou crença que possua.

Julgue os itens que se seguem, a respeito de negociação.

54. Na primeira fase de uma negociação, a preparação, devem ser obtidas as informações necessárias e definidas as estratégias e táticas para o desenvolvimento das fases posteriores.

55. São características desejadas para o perfil do negociador: indivíduo que supera seus limites de modo a não temer desafios, ser introvertido visando ser emotivo.

56. Na negociação, negociador e grupo tático possuem missões diferentes e exclusivas. Se a negociação falha e o negociador sai, dá-se lugar à atuação do grupo tático.

57. O policial que primeiro chegar ao local onde ocorra uma situação de crise deverá, entre outras atividades, antes de acionar as equipes especializadas, diminuir o estresse da situação e permanecer em local seguro.

No que se refere à segurança física e patrimonial de instalações, julgue os itens a seguir.

58. A segurança pessoal e de instalações deve ser, primordialmente, repressiva e, quando necessário, preventiva.

59. A criação de um ponto de encontro externo é uma parte importante de um plano de evacuação.

60. A relevância crescente dos sistemas eletrônicos de registro e controle de informações explica a constituição, nas últimas décadas, de redes internacionais de auditores de sistemas eletrônicos, interessados em estabelecer parâmetros globais de procedimento e em centralizar e difundir orientações para o funcionamento seguro desses sistemas.

Julgue os próximos itens, acerca de segurança de dignitários e segurança patrimonial.

61. No que se refere à escolta a pé, o tipo de escolta que proporciona melhor segurança aproximada é representado por uma formação em losango em torno da autoridade, sendo um agente posicionado à frente dela, um ao lado esquerdo, um ao lado direito e um à retaguarda.

62. Para proteção contra emboscadas, o comboio que conduza, em velocidade reduzida, autoridade deve manter distância de 1,5 m entre as viaturas, e, em alta velocidade, distância de 2,5 m a 3 m.

63. O agente de segurança de um dignitário que atue distanciado e orientado em direção desse dignitário, procurando interceptar, desorganizar e enganar o oponente antes de sua atuação, estará desenvolvendo segurança no grau vigilância.

64. O gestor responsável por conduzir a segurança de uma autoridade, ao utilizar especialistas de inteligência da própria assessoria de segurança e buscar utilizar ferramentas para preservação de ambientes após inspeção técnica, varredura ou descontaminação, assim como infiltrando pessoas no meio do público, estará desenvolvendo a segurança ostensiva.

65. Os seguranças, que devem ser treinados com técnicas de defesa pessoal, podem se defender de ataques de pessoas mal-intencionadas por meio de golpe aplicado com o bordo cubital da mão, espalmada, geralmente contra o pescoço, as têmporas ou a clavícula.

66. A defesa pessoal repressiva ocorre no momento em que o agente de segurança executa as ações e técnicas de defesa pessoal necessárias para interromper a situação ou o fator de risco.

Julgue os próximos itens, acerca da legislação extravagante.

67. Constitui contravenção penal a retenção injustificada de qualquer documento de identificação pessoal.

68. Entre as medidas despenalizadoras previstas na Lei n.º 9.099/1995 para os crimes de menor potencial ofensivo, encontram-se a composição dos danos civis, a transação penal e a suspensão condicional do processo.

69. O condenado por crime de abuso de autoridade será obrigado a indenizar o dano causado, devendo o juiz, a requerimento do ofendido, fixar na sentença o valor mínimo da indenização.

70. A injúria racial configura prática de racismo e, portanto, é uma infração penal inafiançável e imprescritível.

71. Embora as pessoas com deficiência, os idosos, as gestantes e as pessoas obesas tenham direito ao atendimento prioritário em órgãos públicos, seus acompanhantes somente poderão ser atendidos após o atendimento da última pessoa que tenha o direito de prioridade.

72. A pessoa que, ao ser abordada pela polícia, ofender um policial terá praticado o crime de desacato.

Com base na Lei n.º 9.883/1999, que instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência (SBI), julgue o item a seguir.

73. A dignidade da pessoa humana é expressamente prevista como fundamento do SBI.

74. Denomina-se inteligência brasileira aquela cujo objetivo principal é neutralizar a inteligência adversa.

75. A avaliação das ameaças à ordem constitucional, tanto internas quanto externas, compete à Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

76. O controle e a fiscalização internos e externos da atividade de inteligência, outrora atribuições do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), atualmente são realizados pela Casa Civil da Presidência da República.

Com relação a primeiros socorros, julgue os itens a seguir.

77. O local ideal para se verificar a pulsação de vítima adulta inconsciente é o pescoço.

78. Em caso de acidente de trânsito com vítima, deve-se remover imediatamente a vítima do veículo e aguardar o socorro.

79. Em caso de atropelamento, o condutor deverá sinalizar o local e levar imediatamente a vítima ao pronto-socorro.

80. Fraturas abertas são caracterizadas pela quebra do osso e pelo rompimento da pele.

Noções de Direitos Humanos

Acerca da concepção e da evolução histórica dos direitos humanos, julgue os itens a seguir.

81. Foi no período pós-Segunda Guerra Mundial que, pela primeira vez na história, foram positivados direitos humanos, em uma tentativa de reconstrução da sociedade marcada pelas atrocidades cometidas no regime nazista.

82. Atualmente os direitos humanos têm sido utilizados pelos movimentos sociais urbanos e rurais, assim como por povos e comunidades tradicionais, como forma de proteção, principalmente contra transgressões cometidas pelo Estado ou por seus agentes.

83. As três gerações de direitos humanos demonstram que visões de mundo diferentes refletem-se nas normas jurídicas voltadas à proteção da pessoa.

84. A universalidade e a indivisibilidade são características próprias da concepção contemporânea dos direitos humanos.

85. Os direitos humanos visam garantir que todas as pessoas sejam sujeitos de direitos em qualquer lugar onde estiverem, o que, todavia, não significa

a existência de uma cidadania global no mundo contemporâneo.

86. As características dos direitos humanos incluem a universalidade, a imprescritibilidade e a irrenunciabilidade.

87. Desde a entrada em vigor da Constituição Federal de 1988, os tratados internacionais de direitos humanos em que o Brasil seja signatário equivalem às emendas constitucionais.

88. O Brasil ainda não possui um programa nacional de direitos humanos, com regras estabelecidas, de modo que está obrigado a garantir apenas os direitos expressos na Constituição Federal de 1988.

Considerando o disposto na Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), julgue os itens subsequentes.

89. A CADH admite a possibilidade de asilo, em território estrangeiro, de pessoa que cometa crime comum não vinculado à atividade política.

90. A usura deve ser reprimida pela lei, de acordo com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

Noções de Direito Penal e de Direito Processual Penal

A respeito do Código Penal, julgue os itens a seguir.

91. Aplica-se a lei penal brasileira a crimes cometidos dentro de navio que esteja a serviço do governo brasileiro, ainda que a embarcação esteja ancorada em território estrangeiro.

92. No Código Penal brasileiro, adota-se a teoria da ubiquidade, conforme a qual o lugar do crime é o da ação ou da omissão, bem como o lugar onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

93. Nova lei penal benéfica ao agente de crime retroagirá, salvo para as sentenças condenatórias transitadas em julgado anteriormente à sua edição.

94. Quando a lei penal tiver validade para determinado período de tempo, o fato praticado durante esse período continuará a ser punível mesmo após o término de vigência da lei.

95. De acordo com a teoria bipartida, o crime é o fato típico e antijurídico, sendo a culpabilidade pressuposto de aplicação da pena.

96. As causas de exclusão de ilicitude são normas penais permissivas, isto é, permitem a prática de um fato típico, excluindo-lhe a antijuridicidade.

97. O fato típico descreve uma ação ou omissão que, de acordo com a lei, é proibida e sancionada como tal.

98. O agente que jogar óleo quente na vítima, com animus laedendi, causando, assim, deformidade permanente nela, segundo laudo médico, cometerá crime de lesão corporal gravíssima.

99. No homicídio qualificado, o dolo eventual é incompatível com o meio cruel.

100. O crime de infanticídio é caracterizado pela exposição ou pelo abandono de recém-nascido pela mãe, movida pelo estado puerperal, para ocultar a desonra própria.

101. A pessoa jurídica pode ser sujeito ativo do crime de homicídio, de acordo com a teoria da ficção legal.

102. Considera-se homicídio qualificado por motivo torpe aquele praticado para receber herança.

103. O crime de condescendência criminosa é classificado como omissivo próprio, unissubsistente, portanto não se admite modalidade culposa nem tentativa para esse crime.

104. A consumação do crime de concussão se dá com o recebimento da vantagem indevida.

105. Há crime contra a administração pública em que as formas consumada e tentada são punidas com a mesma pena.

106. A conduta de funcionário público de deixar de responsabilizar seu subordinado ao tomar conhecimento de que este praticou crime funcional é atípica e caracteriza infração administrativa.

Com relação ao processo penal brasileiro, julgue os itens a seguir.

107. No inquérito policial, a autoridade policial tem discricionariedade para aplicar as diligências que

entender necessárias ao caso concreto, não se vinculando ao pedido das partes.

108. As provas não repetíveis colhidas na fase investigativa não dependem, em regra, de autorização judicial.

109. Concluído o inquérito policial em que se investiga crime de ação penal privada, os autos deverão, obrigatoriamente, ser entregues ao ofendido ou seu representante legal, mediante traslado.

110. O indiciamento formal nos autos do inquérito policial consiste exclusivamente em despacho fundamentado da autoridade policial, no qual aponta determinado suspeito de um crime como o seu efetivo autor.

111. Tratando-se de crime de lesão corporal leve, o inquérito policial só poderá ser iniciado mediante representação da vítima.

112. O inquérito policial pode ser dispensado com base em elementos colhidos em inquérito civil instaurado para apurar ilícitos administrativos.

113. A obrigatoriedade da realização do exame pericial por perito oficial restringe-se ao exame direto da prova material.

114. Independem de prova os fatos incontroversos apresentados por uma das partes e não refutados ou impugnados pela parte contrária.

115. Um policial poderá ser arrolado como testemunha, caso em que seu depoimento terá valor probatório superior ao do interrogatório do condutor.

116. O juiz detém discricionariedade quanto à valoração dos elementos probatórios, porém é limitado à obrigatoriedade de motivação de sua decisão, com base em dados e critérios objetivos.

117. O juiz não ficará vinculado às conclusões dos peritos exaradas no laudo técnico, podendo rejeitá-las completamente.

118. De acordo com o STF, a realização de audiência de custódia também é obrigatória nos casos de prisão temporária e preventiva.

119. A prisão temporária pode ser decretada pelo juiz, de ofício, pelo prazo de cinco dias,

prorrogável, excepcionalmente, por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade para as investigações policiais.

Mário foi surpreendido no momento em que praticava crime de ação penal pública condicionada à representação. A partir dessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

120. A prisão em flagrante é ilegal, por ser vedada em caso de crimes que se submetem à ação penal pública condicionada. Nesse caso, para apurar a conduta de Mário, o delegado poderá, ex officio, instaurar inquérito policial.

Gabarito Rascunho

001	002	003	004	005	006	007	008	009	010	011	012	013	014	015	016	017	018	019	020
021	022	023	024	025	026	027	028	029	030	031	032	033	034	035	036	037	038	039	040
041	042	043	044	045	046	047	048	049	050	051	052	053	054	055	056	057	058	059	060
061	062	063	064	065	066	067	068	069	070	071	072	073	074	075	076	077	078	079	080
081	082	083	084	085	086	087	088	089	090	091	092	093	094	095	096	097	098	099	100
101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120

Gabarito

Simulado Amostra – Tribunal Superior Eleitoral

NÍVEL SUPERIOR

Técnico Judiciário – Área: Administrativo – Especialidade: Agente da Polícia Judicial

001	002	003	004	005	006	007	008	009	010	011	012	013	014	015	016	017	018	019	020
C	E	E	C	C	E	C	E	E	C	E	C	C	E	C	E	E	E	C	C
021	022	023	024	025	026	027	028	029	030	031	032	033	034	035	036	037	038	039	040
E	C	E	E	C	C	E	E	E	E	E	E	C	E	E	C	E	C	E	C
041	042	043	044	045	046	047	048	049	050	051	052	053	054	055	056	057	058	059	060
E	E	E	C	C	C	E	C	E	E	E	C	C	C	E	E	C	E	C	C
061	062	063	064	065	066	067	068	069	070	071	072	073	074	075	076	077	078	079	080
C	C	E	E	C	C	C	C	C	C	E	C	C	E	C	E	C	E	E	C
081	082	083	084	085	086	087	088	089	090	091	092	093	094	095	096	097	098	099	100
E	C	C	C	C	C	E	E	E	C	C	C	E	C	C	C	C	C	E	E
101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120
E	C	C	E	C	E	C	C	E	E	C	C	E	E	E	C	C	C	E	E